

CURRÍCULO

Na nossa sociedade, o acesso e a permanência à escola pública ainda é um direito que não foi conquistado por milhões de brasileiros, sejam eles crianças, adolescentes, jovens e adultos.

O analfabetismo, a repetência e a evasão escolar são problemas históricos da educação brasileira, que têm se agravado nas três últimas décadas.

Algumas das razões para o alto número de analfabetos no país e os elevados índices de evasão e reprovação que se verificam no ensino fundamental, nas escolas públicas, têm, pelo menos, duas explicações possíveis e que se combinam.

A primeira diz respeito ao fato de que a sociedade brasileira tem como marca a forte desigualdade econômica e social. Além disso, vivemos numa sociedade que também é marcada pelo autoritarismo.

Num contexto social como o brasileiro, onde a pobreza e a miséria imperam, a conquista do direito à escola fundamental e a possibilidade de frequentá-la, em oito anos, acabam sendo uma necessidade menor frente às necessidades, tais como trabalhar, morar, alimentar-se.

Quanto maior for a condição de pobreza do povo brasileiro e maior for a desigualdade social, mais aumenta o número de analfabetos e daqueles que deixam a escola pública, sem concluí-la.

Na medida em que as famílias brasileiras vão se empobrecendo, enfrentando maiores dificuldades de adquirir o necessário para o sustento de todos os seus membros, mais cedo os seus filhos ingressam no mercado de trabalho, contribuindo para aumentar a renda familiar. Esta realidade acaba sendo decisiva para as crianças, os adolescentes ou jovens, impedindo o seu ingresso ou permanência na escola.

A condição de empobrecimento e de miséria em que se encontra a população leva um número cada vez maior de alunos a tentar conciliar a vida escolar com o trabalho, remunerado ou não.

É preciso admitir que a escola pública brasileira ainda não está devidamente preparada, no seu conjunto, para realizar um trabalho educativo que atenda às necessidades e aos interesses dos alunos que estão vivenciando esta realidade.

Esta é uma segunda explicação que nos permite afirmar que o direito à educação escolar e pública é ainda uma conquista a ser atingida.

Na medida em que a escola pública é uma organização que realiza o seu trabalho em função de um aluno idealizado, distante do aluno real, do aluno que, aos 7 anos de idade, já é forçado a conciliar sua vida de estudante com a sua realidade de trabalhador, esta acaba por ser uma escola seletiva e autoritária, como a própria sociedade brasileira.

A escola pública brasileira, mesmo tendo conseguido alguns avanços, continua realizando uma ação educativa que não deu conta de romper com a produção do fracasso escolar. Este, por sua vez, atinge de maneira direta e marcante os filhos da população mais pobre ou miserável.

Reverter a situação de empobrecimento da maioria da população brasileira não é algo que seja possível somente a partir da escola e da sua ação, porém é competência e responsabilidade da escola pública reverter o quadro do analfabetismo, da reprovação e da evasão.

Para tanto, é necessário que os governos tenham vontade política de priorizar a educação da população trabalhadora e se empenhem na construção de uma educação pública popular e democrática. Esta é a proposta deste Governo.

É neste sentido que temos trabalhado numa política de reorientação do currículo das escolas da Rede Pública Municipal.

Os princípios desta política estão presentes na proposta do novo Regimento.

O currículo tem sido tratado, na realidade escolar brasileira, como uma questão de decisão sobre 'grade curricular, carga horária de disciplinas e tópicos de conteúdo'. Esta é uma visão simplificada do termo, que se insere numa concepção tecnicista e mecanicista do 'pensar currículo'. Decorre daí que o 'fazer currículo', ou seja, a prática curricular acaba sendo um ato mecânico, onde o livro didático é o grande definidor dos conteúdos e dos procedimentos em sala de aula.

Isto quer dizer que os principais agentes que decidem, na prática, o que vai acontecer na escola são: de um lado, as Secretarias de Educação, na medida em que definem o que deve acontecer na unidade escolar e, de outro lado, os autores dos livros didáticos. Estes procuram adaptar os seus textos à 'pedagogia dos diários oficiais'.

Esta forma do 'pensar e do fazer curricular' tem sido a prática das Secretarias de Educação em todo o Brasil, mostrando a sua face perversa na transferência de valores norte-americanos.

Este Governo vem trabalhando com uma nova visão de currículo, entendendo-o dentro de uma concepção de educação como uma prática social humanística, científica, crítica e libertadora, que tem, ao lado de outras práticas sociais, a perspectiva de transformação social, a luta por uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Neste sentido, o currículo significa toda a ação educativa da escola que envolve o conjunto de decisões e ações voltadas para a consecução de objetivos educacionais, na perspectiva da educação transformadora.

Observe-se, portanto, que esta concepção de currículo inclui necessariamente uma visão ampliada, historicizada de mundo, homem, sociedade e escola.

Trabalhar com esta concepção significa assumir uma construção de currículo em processo. Assim, a equipe escolar, os alunos, a comunidade e os especialistas nas diferentes áreas do conhecimento devem participar das decisões sobre a construção do currículo, em permanente diálogo, onde as posições se confrontem.

As decisões sobre o currículo deverão integrar o Plano Escolar. Note-se, no entanto, que decidir sobre currículo é apenas um primeiro nível de atuação. 'Fazer currículo' é o segundo nível, que significa colocar o projeto pedagógico em ação, acompanhá-lo e avaliá-lo.

A construção do currículo em processo tem como princípio básico a participação. Neste sentido, é preciso resgatar o papel profissional do professor como agente fundamental do processo de produção do conhecimento, que deve atuar na escola com autonomia e criatividade, em parceria com todos os envolvidos no processo educativo.

Esta concepção de currículo requer ainda uma nova organização escolar. Requer uma escola com uma estrutura mais flexível, democrática e autônoma.

Esta concepção de currículo requer ainda uma nova organização escolar. Requer uma escola com uma estrutura mais flexível, democrática e autônoma.

Esta concepção de currículo requer ainda uma nova organização escolar. Requer uma escola com uma estrutura mais flexível, democrática e autônoma.